

**BANCO TRICURY S.A.
CNPJ 057.839.805/0001-40**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente em 30 de junho de 2020 e 2019.**

Conteúdo

Relatório da administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Tricury S.A. relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As Demonstrações Contábeis se referem à instituição individual.

Neste 1º. semestre de 2020, as operações do Banco Tricury se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis.

A carteira de crédito encerrou o 1º. semestre de 2020 em R\$ 270.610 mil, os recursos captados em R\$ 415.431 mil, o Patrimônio Líquido em R\$ 234.001 mil e o Lucro Líquido em R\$ 9.584 mil.

O Banco Tricury manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 49,60% e índice de liquidez corrente de 3,51.

A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos negócios.

No 1º. semestre de 2020 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior.

Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 25 de setembro de 2020.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Tricury S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 17, em 30 de junho de 2020, o Banco possui operações de depósito a prazo, com partes relacionadas no montante de R\$ 152.533 mil e incorreu, no semestre findo nessa mesma data, em despesas com captação com partes relacionadas no montante de R\$ 2.540 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de setembro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2019**
(Em milhares de reais)
A T I V O

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ATIVO CIRCULANTE	458.310	394.009
Caixa e equivalentes a caixa (nota 3)	316.903	252.558
Instrumentos Financeiros	131.914	134.077
. Operações de crédito (nota 4)	131.914	134.077
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.295)	(3.769)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(4.295)	(3.769)
Outros Ativos (nota 7)	13.788	11.143
ATIVO NÃO CIRCULANTE	202.304	179.453
Realizável a longo prazo	201.965	179.166
Instrumentos Financeiros	138.696	113.212
. Operações de crédito (nota 4)	138.696	113.212
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.648)	(2.216)
. (-) Operações de crédito (nota 5)	(2.648)	(2.216)
Créditos tributários (nota 15)	3.492	3.109
Outros valores e bens (nota 6)	46.225	60.702
Outros Ativos (nota 7)	16.200	4.359
Imobilizado de Uso	983	906
Intangível	80	63
(-) Depreciações e Amortizações	(724)	(682)
TOTAL DO ATIVO	660.614	573.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2019**
(Em milhares de reais)

P A S S I V O

	30/06/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE	130.716	120.047
Depósitos e demais instrumentos financeiros	117.590	113.539
. Depósitos (nota 8)	13.396	19.711
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 9)	103.401	92.548
. Obrigações por repasses (nota 10)	793	1.280
Provisões (nota 11)	2.643	1.141
Obrigações Tributárias (nota 12)	10.071	5.090
Outros Passivos	412	277
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	295.634	228.198
Depósitos e demais instrumentos financeiros	295.634	228.198
. Depósitos (nota 8)	246.511	164.142
. Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 9)	49.123	64.056
Resultados de exercícios futuros	263	440
Patrimônio líquido (nota 18)	234.001	224.777
. Capital social	189.000	189.000
. Reservas de lucros	35.896	35.777
. Lucros acumulados	9.105	-
TOTAL DO PASSIVO	660.614	573.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	28.165	31.022
. Operações de crédito	23.105	22.459
. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.060	8.563
Despesas da intermediação financeira	(7.699)	(10.092)
. Operações de captação no mercado	(6.741)	(10.328)
. Reversão/(provisão) para operações de crédito de liquidação duvidosa (nota 5)	(958)	236
Resultado bruto da intermediação financeira	20.466	20.930
Outras receitas/despesas operacionais	(10.456)	(10.443)
. Receitas de prestação de serviços	190	245
. Rendas de tarifas bancárias	60	115
. Despesas de pessoal (nota 13)	(6.187)	(5.200)
. Outras despesas administrativas (nota 14)	(2.147)	(3.102)
. Despesas tributárias	(1.182)	(1.275)
. Outras receitas operacionais	194	60
. Outras despesas operacionais	(1.384)	(1.286)
Resultado operacional	10.010	10.487
Resultado não operacional (nota 16)	7.729	2.438
Resultado antes da tributação sobre o lucro	17.739	12.925
Imposto de renda e contribuição social (nota 15)	(8.155)	(2.318)
Lucro líquido do semestre	9.584	10.607
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	24,79	27,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**BANCO
TRICURY**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do semestre	9.584	10.607
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>9.584</u>	<u>10.607</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital	Reservas de lucros		Lucros	Total
	realizado	Legal	Estatutárias	acumulados	
1o. Semestre de 2019					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	189.000	1.183	26.854	-	217.037
Lucro líquido do semestre	-	-	-	10.607	10.607
Destinações:					
Reserva legal	-	530	-	(530)	-
Dividendos (R\$ 3,13 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.211)	(1.211)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(7.100)	(7.100)
Saldos em 30 de junho de 2019	189.000	1.713	26.854	1.766	219.333
Mutações do 1o. semestre de 2019	-	530	-	1.766	2.296
1o. Semestre de 2020					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	189.000	2.308	33.469	-	224.777
Lucro líquido do semestre	-	-	-	9.584	9.584
Destinações:					
Reserva legal	-	479	-	(479)	-
Dividendos (R\$ 0,93 por lote de mil ações)	-	-	(360)	-	(360)
Saldos em 30 de junho de 2020	189.000	2.787	33.109	9.105	234.001
Mutações do 1o. semestre de 2020	-	479	(360)	9.105	9.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do semestre	9.584	10.607
Depreciações e amortizações	42	36
Provisão/(reversão) para créditos de liquidação duvidosa	958	(236)
Lucro líquido ajustado do semestre	10.584	10.407
(Aumento)/redução em operações de crédito	(23.321)	8.208
(Aumento) em créditos tributários	(383)	(91)
Redução em outros valores e bens	14.477	1.523
(Aumento) em outros ativos	(14.487)	(2.982)
Aumento em depósitos	76.055	45.455
Aumento/(redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	(4.079)	2.615
(Redução) em obrigações por repasses	(487)	(2.455)
Aumento em provisões	1.501	116
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	4.981	(2.229)
Aumento em outros passivos	134	62
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(177)	(147)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais	54.214	50.075
Aquisição de imobilizado de uso	(79)	(70)
Aquisição de intangível	(14)	(3)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(93)	(73)
Dividendos pagos	(360)	(1.211)
Juros sobre o capital próprio	-	(7.100)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(360)	(8.311)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	64.345	52.098
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	252.558	262.551
No fim do semestre	316.903	314.649
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	64.345	52.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Tricury S.A. (“Banco” ou “Instituição”) transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 03059-030, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.720/19, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Circular nº 3.959/2019 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas

do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Administração em 25 de setembro de 2020.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;

b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”; e

c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são

avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

2.2.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados “pro rata dia” e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

2.2.5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

2.2.6. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos - diversos” com reflexo no resultado do período.

2.2.7. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de

mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

2.2.8. Redução do valor recuperável de ativos

A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.9. Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata dia”.

2.2.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

a. Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2020;

b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;

c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.11. Provisão para garantias financeiras prestadas

A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente

para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020.

2.2.14. Resultado por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

2.2.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

2.2.16. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Disponibilidades	42	206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	310.509	246.119
Títulos e valores mobiliários (b)	6.352	6.233
Caixa e equivalentes de caixa	<u>316.903</u>	<u>252.558</u>

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	14.999	-
- Letras do Tesouro Nacional	283.457	234.540
- Notas do Tesouro Nacional	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	12.053	11.579
Total	<u>310.509</u>	<u>246.119</u>

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são livres e correspondem a cotas do fundo de investimentos Safra Absoluto 30 FIC Multimercado, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Durante o semestre não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa 2.2.3.

4. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operações	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	131.914	134.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.295)</u>	<u>(3.769)</u>
	127.619	130.308
Realizável a longo prazo		
Empréstimos e títulos descontados	138.696	113.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.648)</u>	<u>(2.216)</u>
	136.048	110.996
Total	<u>263.667</u>	<u>241.304</u>

b) Por atividade econômica	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Setor privado		
Indústria	27.459	27.671
Comércio	23.722	24.281
Serviços	197.730	174.828
Pessoas físicas	<u>21.699</u>	<u>20.509</u>
Total	<u>270.610</u>	<u>247.289</u>

c) Por faixa de vencimento	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		
De 1 a 180 dias	82.085	83.054
De 181 a 365 dias	48.669	49.826
Acima de 365 dias	<u>138.696</u>	<u>113.211</u>
	269.450	246.091
Vencidas		
De 1 a 30 dias	571	278
De 31 a 90 dias	420	39
De 91 a 180 dias	169	13
De 181 a 365 dias	<u>-</u>	<u>868</u>
	1.160	1.198
Total	<u>270.610</u>	<u>247.289</u>

5. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operações de crédito

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do semestre/exercício	5.985	9.083
Provisão constituída/(reversão)	958	(692)
Valores baixados para prejuízo	-	(2.406)
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>6.943</u>	<u>5.985</u>

Durante o semestre as recuperações por recebimento das operações de crédito

anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Receitas de operações de crédito” no valor de R\$ 425 (R\$ 100 em 2019).

A posição da carteira de operações de crédito por níveis de risco e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa correspondente, é a seguir demonstrada:

Nível de risco	Percentual de provisão	Posição da carteira		Provisão constituída	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
AA	0,00	201	67	-	-
A	0,50	76.083	55.762	380	279
B	1,00	112.750	107.271	1.128	1.073
C	3,00	68.530	75.777	2.056	2.273
D	10,00	7.204	4.108	720	411
E	30,00	3.456	3.364	1.037	1.009
F	50,00	1.528	-	764	-
G	70,00	-	-	-	-
H	100,00	858	940	858	940
Total		270.610	247.289	6.943	5.985

6. Outros valores e bens

Refere-se a imóveis no montante de R\$ 43.947 (R\$ 58.424 em 31/12/2019) e outros bens no montante de R\$ 2.278 (R\$ 2.278 em 31/12/2019), não de uso próprio, recebidos em dação de pagamento.

7. Outros Ativos

	30/06/2020	31/12/2019
Rendas a receber (a)	1.413	1.547
Adiantamentos salariais	334	-
Devedores por depósitos em garantia (b)	3.289	3.276
Impostos e contribuições a compensar (c)	1.578	2.382
Créditos a receber (d)	23.374	8.297
Documentos remetidos ao serviço de compensação	-	-
Total	29.988	15.502
Ativo circulante	13.788	11.143
Ativo realizável a longo prazo	16.200	4.359

- (a) Referem-se basicamente a comissão de fiança prestada a receber
 (b) Corresponde a depósitos judiciais para garantia de processos fiscais.
 (c) Referem-se a imposto de renda e contribuição social recolhidos por estimativa mensal a compensar.

(d) Os créditos a receber correspondem substancialmente à valores a receber relativo a venda de bens não de uso próprio, anteriormente registrados em “Outros valores e bens”.

8. Depósitos

A composição da carteira de depósitos está classificada como segue:

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Pessoa jurídica	3.393	2.179	182.623	113.546
Pessoa física	815	512	64.147	58.004
Instituições financeiras	-	-	984	1.820
Investidores institucionais	-	-	7.945	7.792
Total	4.208	2.691	255.699	181.162
Passivo circulante	4.208	2.691	9.188	17.020
Passivo não circulante	-	-	246.511	164.142

9. Recursos de letras de crédito imobiliário

Os recursos de letras de crédito imobiliário são a seguir demonstrados:

	30/06/2020	31/12/2019
Pessoa física	103.980	108.776
Instituições financeiras	48.544	47.828
Total	152.524	156.604
Passivo circulante	103.401	92.548
Passivo não circulante	49.123	64.056

10. Obrigações por repasses

As obrigações por repasses do país no montante de R\$ 793 (R\$ 1.280 em 31/12/2019) referem-se a recursos a repassar do Programa Minha Casa Minha Vida.

11. Provisões

O saldo de “Provisões” no montante de R\$ 2.643 (R\$ 1.141 em 31/12/2019) refere-se a provisão para pagamentos com despesas de pessoal e outras despesas administrativas no montante de R\$ 995 (R\$ 772 em 31/12/2019), provisões para contingências R\$ 1.581 (R\$ 291 em 31/12/2019) e garantias prestadas no montante de R\$ 67 (R\$ 78 em 31/12/2019).

Provisão para demandas judiciais

O Banco, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza fiscal, legal e cível. As provisões decorrentes destes processos são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão deverá ser revertida. As provisões estão registradas na rubrica "Diversas".

A classificação das demandas judiciais, efetuada pelos nossos assessores jurídicos, é a seguir demonstrada:

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	valor		qtde		valor		qtde	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Processos cíveis	12	37	2	3	17.548	18.197	54	58
Processos trabalhistas	11	10	1	1	-	-	-	-
Processos fiscais	1.558	53	1	1	1.501	190	2	1
Total	1.581	100	4	5	19.049	18.387	56	59

A composição e movimentação dos passivos contingentes é a seguir demonstrada:

Matéria	30/06/2019	Adição	Baixa	31/12/2019	Adição	Baixa	30/06/2020
Cível	198	12	(173)	37	1	(26)	12
Trabalhista	10	-	-	10	1	-	11
Tributária	240	3	-	243	1.315	-	1.558
Total	448	15	(173)	290	1.317	(26)	1.581

12. Obrigações tributárias

	30/06/2020	31/12/2019
Provisão de IRPJ e CSLL	8.538	3.571
Impostos e contribuições a recolher	1.533	1.519
Total	10.071	5.090

13. Despesas de pessoal

	30/06/2020	30/06/2019
Proventos	3.638	3.020
Encargos sociais	1.252	954
Benefícios	741	678
Outros	556	548
Total	6.187	5.200

14. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Aluguéis e condomínio	707	701
Processamento de dados	360	363
Serviços do sistema financeiro	290	319
Serviços técnicos especializados	290	1.138
Outras	500	581
Total	<u>2.147</u>	<u>3.102</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social no semestre		
Resultado do semestre antes da tributação sobre o lucro	17.739	12.925
Despesa de juros sobre o capital próprio	0	(7.100)
Adições	2.275	21
Exclusões	332	248
Apuração do lucro real	19.682	5.598
Encargos a alíquota de 15% de Imposto de Renda	(2.953)	(840)
Adicional de 10% de Imposto de Renda	(1.956)	(547)
Encargos de Contribuição Social (nota 2.2.13)	(3.629)	(840)
Ativo fiscal diferido	383	(91)
Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(8.155)</u>	<u>(2.318)</u>

Os créditos de imposto de renda e contribuição social serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis. A previsão de realização dos créditos tributários é estimada em 6% no 1º ano e 96% nos próximos 2 anos. O valor presente desses créditos tributários, calculado com base na taxa de captação (CDI), equivale a R\$ 3.299. A natureza e base dos créditos tributários são a seguir demonstradas:

Descrição	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.943	5.985
Créditos baixados para prejuízo	450	745
Provisão de processo cível	12	37
Provisão s/garantias prestadas	67	78
Provisão outras contingências fiscais/trabalhistas	287	64
Total das diferenças temporárias	<u>7.759</u>	<u>6.909</u>
Imposto de renda	1.940	1.727
Contribuição social	1.552	1.382
Total do crédito tributário	<u>3.492</u>	<u>3.109</u>

16. Resultado não operacional

Refere-se majoritariamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso e de taxa de ocupação de imóvel registrados em Outros Valores e Bens.

17. Transação com partes relacionadas

O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009.

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo				Despesas	
	Relações interdependências		Depósitos a prazo		Despesa de captação	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
OMEGA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIP.LTDA	43	24	3.109	958	27	156
JSGJ PARTICIPAÇÕES LTDA	65	31	290	532	7	10
TRICURY ARMAZÉNS LTDA	127	49	10.103	10.159	193	153
MIURA EMPREENDIMENTOS IMOB.LTDA	6	-	36	144	1	1
JJ ANDRE DE ALMEIDA EMPREEND.IMOB.LTDA	1	-	389	-	7	-
TRISUL PARTICIPAÇÕES SA	-	10	138.606	67.528	2.305	2.139
Total	242	114	152.533	79.321	2.540	2.459

Remuneração dos administradores

Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do semestre.

O salário atribuído no período ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 358 (R\$ 360 em 2019).

O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2019).

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco realizou distribuição de dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2020, que totalizaram R\$ 360 (R\$ 1.211 em 2019).

19. Outras informações

a) Acordo de Basileia – limite operacional

O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN nº 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Ampla do Banco corresponde a 49,60% (40,57% em 2019).

b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital

i) Em atendimento à Resolução CMN nº 4557 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital.

Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados:

Risco de Crédito: Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes.

Risco de Mercado: Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas.

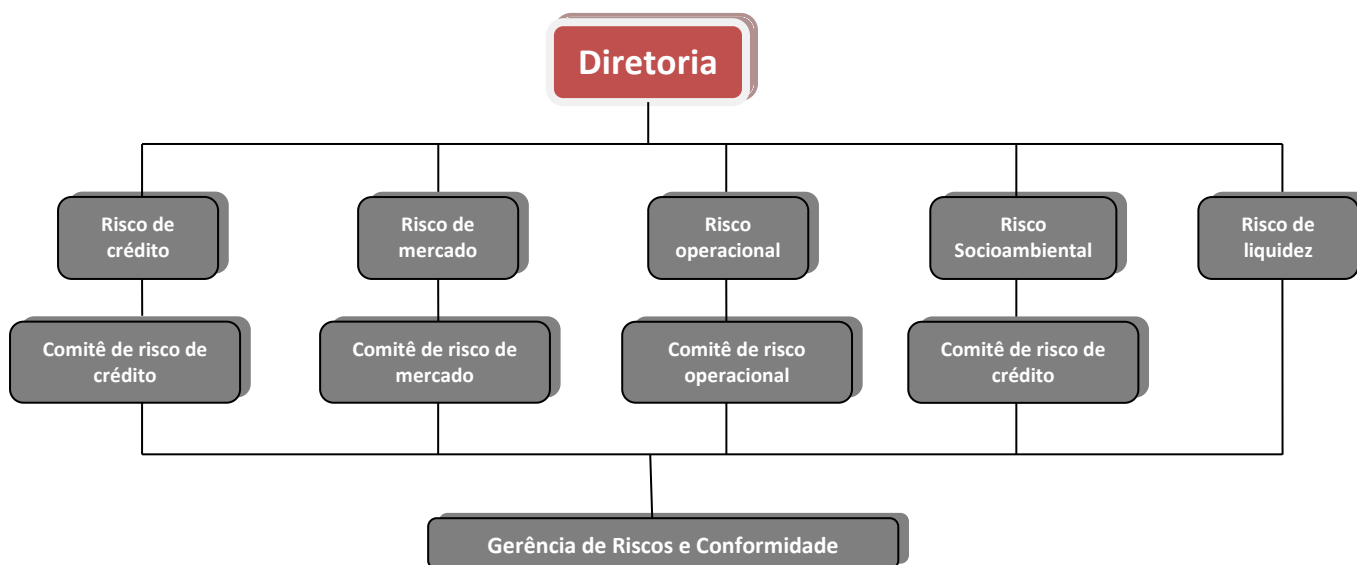
Risco Operacional: Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado.

Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco Sócio Ambiental é contemplado em nossas políticas porém não representa risco considerado como relevante.

Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.

Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos



Gerenciamento de capital

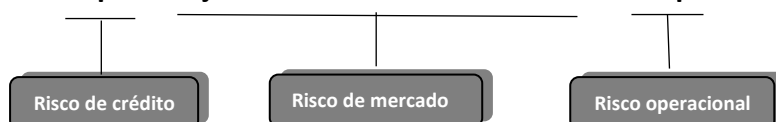
A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como:

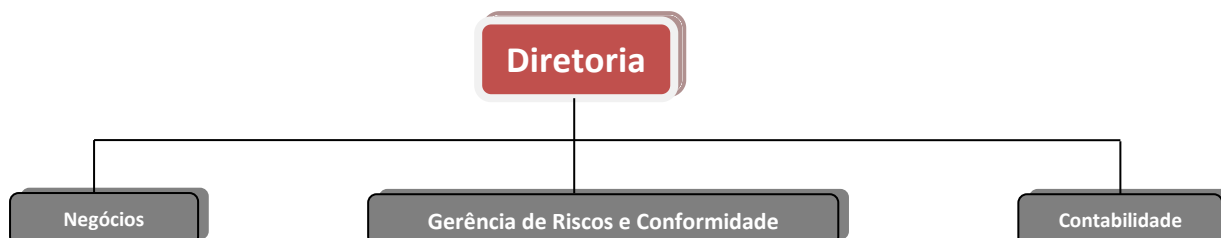
- a) Risco de liquidez e inadimplência;
- b) Risco de concentração.

Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = Pepr + Pjur + Pacs + Pcom + Pcam + Popr$$



Estrutura de Gerenciamento Integrado de Capital



ii) Instrumentos financeiros: o Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de referência exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 4.193/13, à adequação do Patrimônio de referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, as informações referentes a Razão de Alavancagem e o valor da Parcela Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional www.bancotricury.com.br, conforme disposições publicadas nas Circulares nº 3.477/09, 3.678/13 e 3.768/15 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

c) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus)

O Banco Tricury vem tomando todas as medidas e cuidados para minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do COVID19.

Não tivemos efeitos relevantes no resultado do semestre, na carteira de operações de crédito ou em qualquer outro negócio do Banco Tricury decorrentes do COVID19.

d) Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

José Roberto Cury
Diretor

Rogério Dias
Contador
CRC 1SP 180.027/O-0